

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM GERÊNCIA EM SAÚDE

Aline Mayara Lima e Silva de Sá

ACESSO AO ENSINO MÉDIO PÚBLICO PROFISSIONALIZANTE: estudo do processo
seletivo da EPSJV/FIOCRUZ e do CEFET/RJ

Rio de Janeiro
2011

Aline Mayara Lima e Silva de Sá

ACESSO AO ENSINO MÉDIO PÚBLICO PROFISSIONALIZANTE: estudo do processo
seletivo da EPSJV/FIOCRUZ e do CEFET/RJ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à
Escola Politécnica de Saúde Joaquim
Venâncio como requisito parcial para
aprovação no curso técnico de nível médio em
saúde com habilitação em Gerência em Saúde.

Orientadora: Ana Margarida de Mello Barreto
Campello

Rio de Janeiro
2011

Aline Mayara Lima e Silva de Sá

ACESSO AO ENSINO MÉDIO PÚBLICO PROFISSIONALIZANTE: estudo do processo
seletivo da EPSJV/FIOCRUZ e do CEFET/RJ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à
Escola Politécnica de Saúde Joaquim
Venâncio como requisito parcial para
aprovação no curso técnico de nível médio em
saúde com habilitação em Gerência em Saúde.

Aprovado em ___ / ___ / ___

BANCA EXAMINADORA

(Doutora Ana Margarida de Mello Barreto Campello – EPSJV/FIOCRUZ)

(Mestre Anna Violeta Ribeiro Durão – EPSJV/FIOCRUZ)

(Mestre Valéria Fernandes de Carvalho – EPSJV/FIOCRUZ)

*Dedico este trabalho à minha família,
aos meus pais, ao meu irmão; João
Guilherme; e aos meus amigos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a atenção e a colaboração de todos os profissionais da EPSJV e do CEFET/RJ que me auxiliaram para com a elaboração desta pesquisa. Em especial, agradeço à minha orientadora, Ana Margarida Campello, pelo carinho e tempo dedicado.

RESUMO

Este trabalho analisa o processo seletivo para o ensino médio público profissionalizante da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – EPSJV - e do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ - para o ano letivo de 2011, a fim de entender a diferença de acesso dos alunos oriundos das escolas públicas e particulares. Para isso, dispomos de dados relativos aos estudantes inscritos e aos matriculados provenientes de escolas públicas e privadas de ensino. Apresentamos um estudo acerca das políticas da educação profissional brasileira impactada pelo dualismo estrutural e pela meritocracia. Através do estudo realizado nas duas instituições bem como as análises documentais foi possível delinear as propostas e discussões das instituições para o ingresso dos jovens no ensino médio profissional. Entendemos, também, que o bom desempenho do aluno se estabelece nas relações sociais. Sendo assim, examinamos a ratificação da elitização do ensino e da exclusão educacional por meio do processo de seleção.

Palavras-Chave: Processo Seletivo. Ensino Médio Profissionalizante. Política Educacional.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, MERITOCRACIA E DUALISMO EDUCACIONAL: FUNDAMENTOS DA ANÁLISE.....	13
3 O ACESSO AOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO DA ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (EPSJV/FIOCRUZ).....	20
3.1 O PROCESSO SELETIVO PARA O ANO LETIVO DE 2011 DA EPSJV.....	23
4 O ACESSO AOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ).....	27
4.1 PROCESSO SELETIVO PARA O ANO LETIVO DE 2011 DO CEFET/RJ.....	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	36

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento desta monografia se ampara, principalmente, na necessidade de reflexão sobre as diversas desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira atual. Entre essas desigualdades, ressalto a desigualdade educacional, que por sua vez, em um campo restrito, pode ser ocasionada pela política de acesso a educação pública de nível médio profissionalizante, gerando como resultado, também a exclusão educacional.

Neste sentido, é importante buscar entender a seletividade de nosso sistema de ensino, tendo em vista que o acesso ao ensino médio hoje, no Brasil, ainda é muito restrito, uma vez que não há vagas nem escolas suficientes para suprir a demanda de jovens em idade escolar. O próprio sistema educacional prevê a evasão escolar, estreitando o número de estudantes do ciclo fundamental até o nível superior. Lembrando, também, que vivemos numa sociedade neoliberal, de interesses políticos e financeiros, em que as disparidades são vistas como naturais e necessárias.

O mercado de trabalho para os jovens está cada vez mais estreito e exigindo uma maior e melhor qualificação, no campo da educação. Deste modo, para que os mesmos venham a se inserir neste mercado, faz-se imprescindível que tenham acesso uma educação de qualidade e que possuam acesso à cultura e ao lazer, entre outros fatores que possam vir a determinar o seu bom desempenho¹.

Atualmente, sou membro do corpo discente da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz). Ingressei na mesma por meio do atual sistema de cotas, que se destina aos alunos que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas municipais e/ou estaduais.

A escolha do tema foi motivada por vivências no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, - o colégio em que conclui o ensino fundamental -, onde foi possível perceber o quantitativo mínimo de alunos que eram bem sucedidos nos processos seletivos de escolas públicas de nível médio técnico. A maior indignação foi constatar que aqueles que apresentaram alguma chance, também tinham condições financeiras para frequentar um curso

¹Este pensamento foi sistematizado a partir da aula de sociologia da professora Valéria Carvalho, no ano de 2010.

preparatório, ampliando assim, ainda mais suas chances de serem bem sucedidos nas provas de seleção.

Motivada por essas percepções, fiquei intrigada em entender como as cotas e outras políticas podiam influenciar no processo educativo de alguns jovens, que no decorrer do processo seletivo eram muitas vezes excluídos, mesmo que inicialmente não detivesse de embasamento teórico para discutir essas questões. Após uma série de discussões e de leituras acerca das formas de acesso ao ensino médio, procurei aprofundar meu conhecimento a respeito do processo seletivo desenvolvido pela EPSJV e pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (CEFET/RJ), a fim de delinear características de instituições federais com formas distintas de admissão. Busquei, assim, caracterizar e entender os diferentes formatos adotados por essas instituições em seu processo seletivo, levando em consideração a não universalização do sistema educacional brasileiro, e entendendo que cabe a cada escola a discussão e autonomia no que diz respeito à definição da maneira em que é realizado o processo seletivo e as políticas adotadas em sua forma de acesso.

Pensar em política educacional é conseqüentemente pensar a quem estas políticas se destinam e, por conseguinte refletir se o objetivo foi alcançado. É imprescindível conhecermos as políticas educacionais e sobre o quê e a quem elas se referem, uma vez que essas políticas afetam a toda a sociedade.

Compreende-se, atualmente, a escola pública como sendo para camadas populares e não como uma escola de educação popular, que tem por objetivo a participação – na busca pela cidadania – e a conscientização dos oprimidos, na conjuntura da atual sociedade neoliberal (ESTEBAN, 2007). Tendo em vista que a escola é um direito de todos, espera-se que ela seja um espaço que reproduza possibilidades mais democráticas e que permita a construção e expansão de conhecimentos.

Algumas escolas de ensino médio público, principalmente as profissionalizantes, tem como política de inserção o processo seletivo – que tem como base a meritocracia – uma vez que o número de alunos inscritos ultrapassa demasiadamente o número de vagas oferecidas pelas mesmas. Para que este processo seja efetivado, os concorrentes das vagas oferecidas fazem uma prova, com a finalidade de “filtrar” o número de estudantes inscritos. A colocação

dos jovens no processo seletivo em ordem decrescente das notas obtidas nas provas habilitadoras a ingressar ou não na escola pretendida.

Os cursos técnicos profissionalizantes de nível médio foram criados com o intuito de atender os jovens das camadas populares que careciam de uma profissão, já que estes muitas vezes não conseguiam ingressar ou dar continuidade ao curso superior. A elitização do acesso aos cursos técnicos é a justificativa oficial da política educacional adotada no Brasil nos anos 1990 e que, por meio do Decreto nº 2.208/97, art. 5º, impõe a separação entre o curso de nível médio e o curso profissionalizante, podendo estes serem concomitante ou subsequente. Este mesmo decreto proporcionou aos alunos provenientes das classes populares a cursar o ensino técnico e exercer a profissão aprendida. No entanto, o ensino médio continuou ainda a receber os alunos, em sua maioria, provenientes das classes mais favorecidas em busca de um ensino de maior qualidade e gratuito.

Diante deste fato, não é possível afirmar que a solução alcançada teria sido a mais democrática possível. Já que, a educação estaria dividida, de um lado, os jovens das classes populares frequentando o ensino técnico e do outro, os jovens com maiores vantagens cursando o ensino médio. Com esta separação, podemos refletir se realmente a política ostentada da reforma de educação profissional teria sido admitida por conta da elitização do acesso aos cursos e pelos altos custos dos alunos dessas escolas. Atualmente os cursos de nível médio e o curso profissionalizante podem ser concretizados de forma integrada, concomitante ou subsequente, de acordo com o Decreto nº 5154/04.

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio adotou o sistema de cotas por escolaridade, tendo em vista que os alunos oriundos de escolas particulares apresentavam maiores vantagens de serem classificados no decorrer do processo seletivo do que os advindos de escolas públicas. Já o Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro realiza o sistema de sorteio, através do qual todos que obtivessem a nota mínima na prova são considerados aptos a concorrerem ao sorteio público com a finalidade de igualar as possibilidades dos estudantes. Essas propostas, entre outras, objetivam a maior democratização de acesso a escola através do processo de seleção, realizado pelas instituições de forma autônoma.

A desigualdade de desempenho escolar no processo seletivo pode ser explicada pela teoria do capital cultural de Bordieu, que se refere à relação do “sucesso escolar” com a

distribuição de capital específico entre classes ou frações de classes. Em outras palavras, o “sucesso escolar” está diretamente ligado com a classe social, uma vez que esta proporciona a institucionalização, bens materiais/culturais e um estado de identidade. As explicações acerca do fracasso escolar eram fundadas em aptidões naturais e individuais. Explicando-se o desempenho escolar como obra unicamente individual, sem interferência da vida social/cultural/financeira.

Contudo, Bourdieu rompe com essas teorias e afirma que o fracasso é fruto de condições sociais e culturais. Partindo deste princípio, não se deve encarar que todos os concorrentes têm a mesma oportunidade de entrar em uma determinada escola.

O requisito mínimo para adentrar em qualquer instituição de ensino médio é a conclusão do ensino fundamental, todavia a vantagem de um aluno proveniente de uma classe social em ascensão é maior do que os de classes populares, já que detém a herança cultural, que produz o êxito do jovem na escola. Deixa-se de lado a noção de que apenas as heterogeneidades entre a educação pública e privada interferem no resultado do processo seletivo, e passa-se a entender que o conhecimento no âmbito escolar não é o suficiente para uma boa decorrência, mas também uma série de fatores sociais e culturais.

Tendo em vista o que foi apresentado anteriormente, analiso nesta pesquisa o processo seletivo de jovens para o acesso ao ensino médio público profissionalizante da EPSJV e do CEFET/RJ, evidenciando a desigualdade de acesso de alunos oriundos de escolas das redes públicas e privadas. A escolha das mesmas foi realizada da maneira em que fosse possível estimar dados comparativos entre escolas com projetos de processo seletivo díspares. O processo seletivo a ser estudado será o realizado em 2010 para o ano letivo de 2011.

Embora o ensino médio-técnico da EPSJV seja efetivado de forma integrada, e o do CEFET/RJ concretizado tanto de maneira concomitante quanto subsequente, a pesquisa tentou analisar os estudantes habilitadas para o sistema de concomitância interna, uma vez que objetivo se perpetue na perspectiva de entender como se produz a relação médio-técnico das escolas profissionalizantes. Entretanto, os dados dispostos da instituição de ensino são relativos à todo processo, sem distinção dos cursos concomitantes e subsequentes. Outro fator importante é o número de vagas oferecidas pelo CEFET/RJ que é extremamente maior que as oferecidas pela EPSJV, 400 e 100, respectivamente. O objetivo da pesquisa em questão

não será focalizado na quantidade de alunos que ingressaram na escola, mas sim, dentre aqueles que ali estudam quantos são oriundos de classes menos favorecidas.

Utilizo como ferramenta para o desenvolvimento da mesma as entrevistas realizadas com dois coordenadores responsáveis envolvidos no processo de seleção de cada instituição, bem como análise documental do Projeto Pedagógico das mesmas e seus respectivos editais para acesso ao ano letivo de 2011. Esclareço que por ordens éticas, os coordenadores não serão identificados, assim, nomeio de Coordenador A e Coordenador B, os correspondentes à EPSJV, e de Coordenador C e Coordenador D, os relativos ao CEFET/RJ. A entrevista foi concretizada com base no Roteiro de Entrevista (Apêndice A) aprovado na qualificação do projeto de pesquisa. A revisão bibliográfica apreciou textos do autor sociólogo Pierre Bourdieu, Jailson de Souza e Silva, e Mario Aliguero Manacorda, e em leitura de artigos e livros de outros autores que tratam do tema educação e desigualdade, e que utilizam destes pensadores como referência.

A pesquisa se estrutura em três capítulos, contendo no primeiro a fundamentação teórica e o resgate histórico da educação profissional brasileira, com discussões acerca da dualidade educacional e do conceito de meritocracia. No segundo tratarei da organização do processo seletivo da Escola Politécnica, abordando as entrevistas explicitadas. No terceiro capítulo constará a organização do processo de seleção do CEFET/RJ e suas entrevistas. Vale salientar que o Centro Federal de Educação dispõe de ampla rede de ensino com unidades descentralizadas e como sede o Campus Maracanã. Embora a prova aplicada para ingresso na rede tenha sido a mesma para todas as unidades, não são todas que possuem a oferta do ensino médio e de ensino técnico. Sendo assim, as análises relativas a dados e entrevistas foram oriundas somente da Unidade Sede do Rio de Janeiro.

O objetivo geral da pesquisa é a análise do processo seletivo de jovens para acesso ao ensino médio público profissionalizante da EPSJV e do CEFET/RJ, e como objetivo específicos a caracterização dos mesmos e a compreensão de suas respectivas peculiaridades inseridas em um campo complexo da diferença de acesso que exclui educacionalmente os ‘desfavorecidos da fortuna’.

1. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, MERITOCRACIA E DUALISMO EDUCACIONAL: FUNDAMENTOS DA ANÁLISE

A palavra escola se originou do grego *skolé* que significa ócio, que por sua vez é o termo designado para atividades livres. A etimologia da palavra escola, portanto, é o espaço que desenvolve as artes liberais, no qual é adquirido o puro conhecimento.

Segundo Manacorda (1997), a escola destinada aos homens das palavras (ÉPEA), aos cultos, aqueles que detêm de bens materiais e de poder. Eram lhes ensinado a falar e a pensar, visto que o público freqüentador da escola era a alta sociedade, sendo a função da escola, formar dirigentes. Aos homens das ações (ÉRGA), os que fazem, produzem, e que não possuem bens materiais e nem poder, estava instituído o aprender executando, trabalhando, uma vez que não possuíam suporte econômico e nem social.

Analisando a história da escola, é possível afirmamos que a mesma não surgiu e nem se constituiu de forma democrática. Seu objetivo não era a inclusão social, nem tampouco a democratização do conhecimento. A idéia de escola como instituição que instrui uma profissão não começou, portanto, com o início da mesma.

Os conceitos apresentados direcionam que o princípio da exclusão educacional se iniciou com o próprio surgimento da escola. Corrigir a exclusão educacional atualmente implica necessariamente, corrigir os princípios ideológicos de organização da escola.

Sistematizarei aqui algumas questões sobre educação profissional abordarei os conceitos de meritocracia e dualismo educacional na organização da educação profissional no Brasil, como uma forma de refletir sobre a questão da seleção de jovens no acesso às escolas técnicas públicas.

Quando a sociedade se mantinha através da utilização do trabalho escravo, a escola se restringia ao ócio e a prática de esportes, as funções intelectuais, então, eram restritas a uma estreita parcela da sociedade. Quando o trabalho servil e o cultivo da terra, era a forma de sustentação da sociedade, os mesmos eram desempenhados com técnicas simples, sem a necessidade de aplicação de conhecimentos sistemáticos, apenas o conhecimento específico, que muitas vezes era incluído no próprio modo de vida, sem a devida reflexão acerca do trabalho reproduzido:

Quem se dedicava ao trabalho intelectual era a parcela dos intelectuais, fundamentalmente concentrada no clero. As escolas, naquele momento histórico, se restringiam a essa parcela e, por isso, eram chamadas Escolas Monocais (SAVIANI, 2003, p.134 apud CAMPELLO; LIMA 2009, p. 175)

Nesta mesma época, a transmissão de conhecimentos profissionais se realizava no exterior das instituições de ensino. A Revolução Educacional, correspondente à Revolução Industrial, direcionou a escola ao centro, principal dominante e controlador da educação (SAVIANI apud CAMPELLO; LIMA 2009, P. 176). Desde então, as transmissões de conhecimentos técnicos e científicos seriam viabilizadas e responsabilizadas pela escola, o que corresponde ao surgimento de novas divisões e funções na hierarquia social do trabalho. O que antes era direcionada de acordo com a sua posição na sociedade sem alterações, passou a se justificar com a educação reproduzida pela escola.

Neste contexto de mudança do modo de produção e do modo de vida, que surge o ideal de escola elementar gratuita para todos - no qual se estabelece o direito de todos à educação e renova os conteúdos educacionais -, na América do Norte e também na França revolucionária, pós 1789. Nos conteúdos escolares, ocorreu a incorporação do ensino técnico-científico voltado para preparação profissional. Esta cultura, em primeira instância, não foi desempenhada pelas escolas então existentes, e assim, nasceram novas instituições designadas para tal, como: academias, escolas técnicas e profissionais (CAMPELLO; LIMA, 2009, P. 176).

No Brasil, no período até quase a República, a educação profissional era destinados aos ‘órfãos e desvalidos’, aos ‘deserdados da fortuna’, sendo caracterizada como uma ação de beneficência, não vinculadas às instruções públicas, nem tampouco com as atuações desenvolvidas nas escolas. Esta visão era identificada pelas políticas educacionais que designavam a instrução profissional àqueles que não detinham de capacidades para continuar no manejo intelectual e careciam de uma profissão para se manter economicamente. Mesmo que em seguida, a aprendizagem profissional tenha sido incluída na instrução pública, de forma geral, ainda assim era considerada como grau elementar, desmoralizante, ora este grau de ensino era oferecido às camadas populares.

Os liceus de artes e ofícios, criados em 1858, possuíam em seu programa o intuito de promover a educação profissional elementar e assistencial, evidenciando uma nova forma no que diz respeito ao ensino técnico-profissional e indicando o surgimento de novas idéias ao que concerne ao ensino necessário à indústria. Todavia, a concepção de que esta categoria de

ensino estaria direcionada aos ‘deserdados da fortuna’ persiste mesmo após a instauração da República. Nilo Peçanha cria em 1909, as escolas de aprendizes artífices, estabelecido no Decreto nº 7566/09, em que destina essas escolas aos ‘deserdados da fortuna’, àqueles que não detiveram de oportunidades financeira, intelectuais e educacionais. Mesmo que a relação entre trabalho e educação tenha sido destacada como problema essencial, na conjuntura da industrialização e da revolução de 1930, a Constituição de 1937 especifica ainda a destinação do ensino profissional aos ‘deserdados da fortuna’, aos menos favorecidos e evidencia o dualismo educacional:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiado os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (Constituição de 1937 apud CAMPELLO, LIMA, 2009, P. 177)

Desta forma, são evidenciados dois sistemas paralelos de ensino, que caracterizam a dualidade educacional brasileira. Esses sistemas constituídos de duas redes de ensino, a rede primário profissional, destinadas à classe popular, aos menos favorecidos, e a rede secundário superior, designada à classe burguesa da sociedade, à formação dos dirigentes intelectuais. Com a instituição dos objetivos para o ensino secundário e normal, a partir das Leis Orgânicas da Educação Nacional, a formação das “elites condutoras do país”, à medida que o objetivo do ensino profissional era ofertar a “formação adequada aos filhos dos operários, os desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho”. A dualidade de ensino permanece claramente comprovada (CNE, 1999). Como afirma Cunha (apud CAMPELLO; LIMA):

O sistema de ensino primário e profissional e o sistema de ensino secundário e superior teriam diferentes objetivos culturais e sociais, constituindo-se, por isso mesmo, em instrumentos de estratificação social. A escola primária e a profissional serviriam à classe popular, enquanto que a escola secundária e a superior à burguesa.

Com a modificação da sociedade dentro de uma nova ordem social, a partir da industrialização, gerada pela acumulação do capital, tornou-se necessária a preparação de trabalhadores para a indústria. Uma nova concepção da educação profissional se comprova, uma vez que ao adequar o trabalhador à organização fabril, faz-se indispensável introduzir o

domínio da técnica, da divisão do trabalho e da adaptação à máquina. Esta que é o centro do processo produtivo.

Neste contexto, a educação profissional atende as demandas da nova sociedade, a sociedade industrial, direcionando de forma disciplinadora os jovens para as atividades produtivas e para parcelarização do trabalho, de forma a colaborar para com o capital nacional e com o aumento da produtividade. (CAMPELLO; LIMA, 2009) A escola, portanto reproduz com o ensino profissional, o sistema produtivo da sociedade capitalista, com a incorporação de ciência e conhecimentos técnicos ao processo de produção, e também reproduz com a divisão social do trabalho, as classes dos trabalhadores manuais e dos trabalhadores intelectuais.

Com a Lei nº 5.692/71 a educação profissional deixou de estar restringida a estabelecimentos de ensino especializados, passando a ser desenvolvido como finalidade para o ensino médio, antigo 2º grau. A dualidade existente na educação era intensificada com as políticas educacionais da época. A histórica forma dual de ensino no país é também identificada atualmente, entretanto de maneira distinta. As escolas em que me refiro nesta monografia são instituições de excelência em ensino profissional. Perceptível através dos índices de estudantes inscritos e pela colocação tanto no mercado de trabalho quanto em níveis de apuração dos conhecimentos prático-teóricos. Assim, elas recebem alta demanda de estudantes com perfis e caracterizações distintas.

Vele ressaltar, que a idade escolar média dos alunos que ingressam no ensino médio está entre 14 e 15 anos, e que os mesmos muitas vezes não possuem interesse nos cursos de formação profissional, ou seja, muitos que possuem a oportunidade da formação profissional continuarão os estudos alcançando o ensino superior. Para tanto, a designação, a priori, do curso de formação profissional não estaria atendendo a classe na qual o mesmo se destina, caracteriza-se, assim, a elitização do ensino profissional. Desta forma, o ensino médio nestas escolas se tornou alternativa de educação pública de qualidade para aqueles que desejam se preparar para ingressar no ensino superior.

Conforme abordado anteriormente a educação refletida no modo capitalista, reproduz as desigualdades apresentadas neste sistema. Questiona-se, deste modo, a possibilidade da educação ser desenvolvida de forma igualitária, ou seja, igual para todas as classes sociais. Ora, se tivéssemos as mesmas oportunidades no campo educacional, não teríamos uma brutal

discrepância entre as camadas sociais. A escola se fragmenta de acordo com a classe social, delineando caminhos distintos a cada indivíduo e/ou população. A repartição destes na divisão social do trabalho caracteriza a dualidade estrutural educacional. Sejam do lado dos explorados, os trabalhadores manuais, braçais, sejam do lado dos exploradores, os trabalhadores intelectuais, os dirigentes da sociedade. A educação, portanto, segue a mesma lógica capitalista de produção.

Com a segregação das escolas profissionalizantes das escolas acadêmicas que se destinavam a diferentes grupos de origens sociais, é identificada a teoria desses dois sistemas paralelos de formação. O curso de nível médio, durante muito tempo, se destinavam àqueles que prolongariam seus estudos no nível superior de ensino, enquanto os cursos técnicos profissionalizantes se destinavam aos 'desfavorecidos da fortuna', aos jovens das camadas populares, que careciam de uma profissão, já que estes muitas vezes não conseguiam ingressar ou dar continuidade ao curso superior (CAMPELLO,2009).

Embora a origem social determine a trajetória escolar que o indivíduo percorrerá, pelo próprio sistema excludente da escola capitalista, existem os que fogem desta designação quase que imposta. É sob esta perspectiva dos “excluídos” que Souza (2003) em sua tese de Doutorado trabalha com “uns e não outros” que percorreram caminhos distintos dos apresentados, conseguindo através das desigualdades das condições de escolarização e pela precariedade dos programas pedagógicos das escolas sair da rede de ensino, rede PP, em que eles se encontravam. Assim, a origem social como fator principal se coloca acoplado com outros fatores, como a questão do papel da escola para família do indivíduo, o próprio mérito individual entre outras.

As divisões estruturais do sistema educativo no modo capitalista representam a escola de formação dos intelectuais, das elites sociais condutoras, àqueles que concebem e controlam o processo produtivo do trabalho, e a escola de formação dos trabalhadores manuais, do proletariado, àqueles que executam o processo de trabalho designado pelos trabalhadores intelectuais. Desta forma, Nosella (1995 apud CAMPELLO, 2009 p. 137), afirma a existência de duas escolas: a ‘escola do dizer’ e a ‘escola do fazer’, as quais representam a dicotomia entre o trabalho intelectual, teórico e o manual, prático.

Portanto, em termos objetivos, a educação profissional, se destina àqueles que executarão o processo de trabalho, e a educação regular, propedêutica, se destina aos que

conceberão e controlarão o processo de trabalho. Sendo assim, esta concepção limita a educação profissional às técnicas específicas para desenvolvimento de determinado trabalho (CAMPELLO, 2009). É no ensino médio que a expressão dual da educação se intensifica:

A literatura sobre o dualismo na educação brasileira é vasta e concordante quanto ao fato de ser o ensino médio sua maior expressão. (...) Neste nível de ensino se revela com mais evidência a contradição entre o capital e o trabalho, expressa no falso dilema de sua identidade: destina-se à formação propedêutica ou à preparação para o trabalho? (Frigotto, Ciavatta e Ramos apud CAMPELLO, 2009, P. 137).

A meritocracia se configura como uma via que justifica através do mérito individual, a repartição de lugares nas sociedades democráticas. Lugares estes, desiguais, que selecionam a elite e justificam sua posição. Tem como princípio legitimador a recompensa do esforço particular e não os privilégios sociais herdados (VALLE; RUSCHEL, 2009).

O processo de seleção que se legitima através da meritocracia, afirma o reconhecimento do mérito individual do concorrente, atribuindo valor e justificando a posição do classificado a estudar na escola. O mérito individual analisado concretamente na prova é fruto de esforços pessoais intimamente relacionados com a posição social da família, com as oportunidades de acesso à educação, à cultura, ao lazer entre outros fatores determinantes para o bom desempenho do aluno.

Ao resgatar a acessibilidade recorrente à educação brasileira observa-se que o sistema preconizou o direito à educação na perspectiva limitada da “capacidade didática dos estabelecimentos” os quais selecionavam através de “provas de inteligência e aproveitamento” (Brasil, 1934, art. 150 § único, al. e). O acesso à educação no Brasil traz consigo a histórica restrição aos que apresentavam maior capacidade, vocação, aptidão, inteligência e aproveitamento além de se submeter à prova de seleção para merecer, por mérito, o direito à educação (VALLE; RUSCHEL, 2009)

A exclusão que antes era evidenciada no acesso de poucos à educação, os que mostravam e provavam capacidades intelectuais para tal, progrediu para exclusão no interior dos sistemas educacionais, que passou a diferenciar os capacitados dos não capacitados dentro de um sistema hegemônico de educação. A educação pode ser percebida como um dos principais dispositivos de diferenciação nas sociedades, sendo produzidas nas distintas relações sociais estabelecidas, consolidando por meio da escola a diferença dessas condições estabelecidas, conforme Bourdieu (1994: 29)

As recentes políticas educacionais brasileiras se fundaram no princípio da igualdade de oportunidades, em um modelo educacional meritocrático. Entretanto, historicamente os sistemas de ensino desempenham o “poder de diferenciação”, o que nos leva a refletir se essas políticas adotadas conseguirão controlar o que historicamente foi produzido.

Em rompimento com a teoria da meritocracia, que se funde em aptidões individuais e naturais, Bourdieu (1998) desenvolve o termo capital cultural para explicar a desigualdade de desempenho escolar de crianças oriundas de diferentes classes sociais. Relaciona-se, portanto, o sucesso na escola e para escola com a distribuição de capital entre classes ou frações de classes.

Para o sociólogo, o capital cultural existe sob três formas:

- a) “no estado incorporado”, que consiste unicamente na própria pessoa, capacidade individual do ser.
- b) “no estado objetivado”, que são os bens culturais materiais, os objetos, tais como: quadros, livros, dicionários, máquinas etc.
- c) “no estado institucionalizado”, em se enquadra bens institucionais como: títulos e certificados escolares, individuais e familiares.

Tendo como base a teoria do capital cultural, uma prova de processo seletivo fundamentada no mérito individual de cada jovem não é a modo mais democrático de acesso ao ensino. O jovem proveniente da classe popular, não possui a mesma distribuição de capital do que o jovem de uma classe em ascensão. Deduz-se que o jovem da classe menos favorecida não possui as três formas de existência do capital cultural em sua plenitude. E, por conta, do “sucesso escolar” estar diretamente relacionado com a distribuição de renda, aquele que não detém do capital cultural não será bem sucedido no processo seletivo. Essa teoria desmistifica a idéia de que apenas uma educação de qualidade cujo mérito é da escola é o suficiente para se obter bons desempenhos nos processos seletivos de ensino médio.

Outro aspecto que Bourdieu (1998) ressalta são as “atitudes dos membros das diferentes classes sociais a respeito da escola, da cultura escolar e do futuro oferecido pelos estudos” (BOURDIEU apud CAMPELLO, 2000). As atitudes da família perante a escola e as suas perspectivas são fatores, também, determinantes do fracasso ou sucesso escolar, além da

escola como instituição. O que torna plausível afirmar que “exclui-se a possibilidade de desejar o impossível”.

2. O ACESSO AOS CURSOS TECNICOS DE NIVEL MEDIO DA ESCOLA POLITECNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENANCIO (EPSJV/FIOCRUZ)

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), fundada em agosto de 1985, inicialmente como Politécnico de Saúde Joaquim Venâncio (PSJV), é uma Unidade Técnico-Científica da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, responsável por atividades de ensino, pesquisa e cooperação no campo da Educação Profissional em Saúde, e objetiva também a formação e valorização do profissional técnico de nível médio em saúde.

O ideário de uma escola pública voltada para educação em saúde, pensada ao final do golpe militar, com a conquista da reforma sanitária, que garantia a saúde como direito de todos e que estabelecia como proposta a educação profissional politécnica, na qual busca romper com a dicotomia entre o trabalho intelectual e manual, a partir de reflexões acerca das contradições do trabalho em saúde, que por fim se fundamentam em concepções teóricas. Concepções estas norteadas por três eixos: trabalho, educação e saúde. A proposta se evidencia no seminário “Choque Teórico da Politecnia – Uma utopia em construção”, em que o Politécnico surge para “*à elaboração de programas e projetos com o intuito de aperfeiçoar, treinar e/ou qualificar profissionais que atuam ou venham a atuar em serviços de saúde, principalmente da rede pública (municipal, estadual ou federal)*” (LIMA et al, 1998, p. 19).

É desenvolvido pela instituição, além do curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado - ao qual esta pesquisa irá se restringir -, o mestrado e o curso de pós-graduação lato sensu em Educação Profissional em Saúde, entre outros projetos, a saber: Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Programa de Vocação Científica (PROVOC).

Em 1988 iniciou-se o curso técnico de 2º grau da EPSJV que tinha como perspectiva:

Pensar um projeto de educação articulado com um projeto de sociedade não excludente, pensar um ensino de segundo grau que se desvie da dualidade [educação propedêutica x formação profissional], pensar uma educação que tenha o ser humano como centro e não o mercado [de trabalho] (Malhão, 1990, p.3).

No Projeto Político Pedagógico da Escola Politécnica está acentuado o compromisso da mesma com a Educação Profissional em Saúde, tanto em seu nível técnico, quanto em sua formação inicial e continuada, que direcionam a formação política, ética e técnica. A escola busca promover a formação do trabalhador de forma integrada ao processo de formação social, o que implica dizer que se concebe a educação como projeto de sociedade, defendendo

o direito de acesso a todos a “uma educação básica, como essência para um processo de formação dos profissionais de nível médio e fundamental que os possibilite tornar-se dirigentes” (EPSJV, 2005).

[...] A educação como projeto de sociedade. Neste sentido, é defensora de uma concepção politécnica que dialoga com as circunstâncias societárias atuais e, deixando explícita a sua concepção de mundo, compreende que o trabalhador se educa no conflito e na contradição, e que a aquisição, pela classe trabalhadora, dos saberes elaborados pela humanidade serve de instrumento para a luta contra a divisão social do trabalho e a dominação” (EPSJV, 2005: 7).

Seu Projeto Político possui característica contra-hegemônica, pois, se antagoniza ao modelo de formação que contribui para a consolidação e perpetuação da sociedade excludente, desta forma coloca o trabalho e a pesquisa como princípios educativos com o objetivo de proporcionar aos trabalhadores da saúde uma Formação Inicial e Continuada. O Projeto foi estruturado partindo do pressuposto de que a concepção de saúde e educação se constrói no decorrer das práticas sociais. Pode-se afirmar, neste sentido, que a proposta pedagógica da Escola Politécnica se destina à formação de um indivíduo autônomo, crítico e reflexivo, na busca por uma sociedade mais democrática, justa e humana. Seu Projeto Político Pedagógico é concebido, portanto, em favor da classe trabalhadora.

A proposta de educação profissional politécnica para EPSJV está embasada em fundamentações das concepções teóricas acerca do trabalho, educação e saúde a partir de reflexões das contradições da materialidade do trabalho em saúde. Trata-se de ao observar o processo de trabalho em saúde, perceber a necessidade de formação para os trabalhadores que já estão inseridos nesta área e também para os que nela irão se inserir. A proposta visa à formação de profissionais em saúde que compreendam a relação entre os três eixos principais – educação, trabalho e saúde – e o processo de trabalho, bem como suas respectivas relações sociais. (SANTIAGO, 2010)

O enfraquecimento das políticas nacionais em países pobres e desiguais, como o Brasil, que buscam o máximo lucro sem considerações de ordem política, cultural ou nacional enfrentam a consequência de gerar trabalhadores para o mercado de trabalho, com pouca ou nenhuma escolarização, com deficiência na qualificação profissional e que são manipulados pelos meios de comunicação de massa, sem terem do Estado a garantia de proteção social. Com o Estado-Nação enfraquecido atrelado à lógica da especulação financeira promove

políticas públicas de saúde, educação, tecnologia, indústria, agricultura, etc., também enfraquecidas (EPSJV, 2005).

O conceito de educação profissional politécnica seguida pela EPSJV tem como principais pressupostos (EPSJV, 2005, p. 63-64):

1. A educação profissional como parte significativa de um projeto nacional, baseado num conceito democrático de nação e de formação da força de trabalho em saúde pautada pelas relações sociais;
2. A garantia da Educação Básica a todo trabalhador;
3. Este projeto nacional deve contemplar a defesa da Escola Pública;
4. A noção de politécnica que como traduz Saviani, (1987, 2003) postula que o processo de trabalho desenvolva, em uma unidade indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais, pois, são características intrínsecas e concomitantes no trabalho humano;
5. A idéia de politécnica implica uma formação que, a partir do próprio trabalho social, desenvolva a compreensão das bases de organização do trabalho de nossa sociedade;
6. A formação profissional não é estática, é processo de construção individual e coletivo, onde os indivíduos se qualificam ao longo das relações sociais;
7. Ter como projeto um currículo que, de acordo com as leis de ensino vigentes, já tenha as competências como referencial nessa perspectiva de valorização do saber do indivíduo, mas que também resgate a dimensão sócio-histórica, social mesmo da construção desse saber, não só psicológico;
8. A afirmação de que o conhecimento é construído socialmente e relacionado ao processo ensino-aprendizagem;
9. A contextualização significando partir do conhecimento que o trabalhador já tem, valorizar esse conhecimento por um outro lado, não pode significar ficar restrito a este contexto.

Os principais pressupostos contidos no PPP indicam a preocupação por parte da instituição em não apenas formar profissionais para área da saúde pública, mas também caminha para perspectiva pedagógica da construção de estratégias que permitam o desenvolvimento desta formação em todas as escolas como alternativa de construção de uma nova sociedade (SANTIAGO, 2010).

Sendo assim, a EPSJV defende a garantia da educação básica integrada à educação profissional, realizada na escola pública instituída por um projeto nacional, na perspectiva da formação integral da classe trabalhadora. Norteia-se por eixos políticos e pedagógicos, tendo como fundamento a concepção politécnica. Visualiza a educação e a saúde como uma prática social que visa à transformação da sociedade em um horizonte mais democrático, assegurando uma nova perspectiva para a classe trabalhadora.

A finalidade de seu processo educativo é “formar trabalhadores para serem dirigentes comprometidos com um projeto de saúde pública ampliado, com o processo dos serviços de

saúde e com a construção de sociedade justa e igualitária” (EPSJV, 2005). O curso de Educação Profissional em Nível Técnico em Saúde é realizado de forma que se integre a Educação Básica com a Educação Profissional em Saúde, possibilitada pelo Decreto nº 5154/04.

2.1 O PROCESSO SELETIVO PARA O ANO LETIVO DE 2011 DA EPSJV

A abordagem apresentada nesta seção corresponde às análises das entrevistas realizadas com os Coordenadores A e B. Sendo assim, as afirmações a seguir foram retiradas das respectivas entrevistas. Esclareço que por não apresentar documentos em que fosse possível identificar o motivo pelo qual a instituição realiza o processo seletivo, bem como seu posicionamento acerca da democratização de acesso, foi necessário estas entrevistas. Somente ao final desta monografia, nas considerações finais, apresentarei de acordo com o posicionamento das instituições uma possível conclusão da apresentação do processo seletivo e da destinação do ensino profissionalizante.

Sendo assim, os Coordenadores A e B, afirmaram que a inexistência de escolas públicas que atendam a demanda de alunos em cada bairro, em cada comunidade dificulta o ingresso ao ensino médio de todos aqueles que concluíram o ensino fundamental. O acesso garantido pelo Estado ao ensino médio não é efetivado, uma vez que não há possibilidade de todos estudantes que concluíram o segmento do ensino fundamental ingressar ao ensino médio.

Ressalvo que não é de obrigação do Governo Federal a garantia do ensino médio, mas sim do Governo Estadual. Para tanto, as escolas de âmbito federal que oferecem o ensino médio, selecionam os alunos que nelas ingressarão da forma que julgarem adequadas, visto que não há políticas educacionais que definam as formas de acesso ao ensino.

As escolas federais possuem ampla concorrência, pois se diferem das demais por apresentarem ensino diferenciado com a qualificação profissional, além de estarem em níveis elevados na qualidade do ensino, de acordo com provas nacionais, se equiparando, muitas vezes, com escolas particulares, vistas pela sociedade como de melhor qualidade de ensino. Relembro que se compreende, atualmente, a escola pública como sendo para camadas populares e não como uma escola de educação popular, que tem por objetivo a participação –

na busca pela cidadania – e a conscientização dos oprimidos, na conjuntura da atual sociedade neoliberal (ESTEBAN, 2007).

A Politécnica, única escola federal no Estado do Rio de Janeiro na área da saúde, e também a apresentar a concepção de politecnicidade em seu curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado, ofereceu para o ano letivo de 2011 nas habilitações de: Análises Clínicas, Gerência de Saúde e Vigilância em Saúde 32, 34 e 34 vagas, respectivamente, totalizando, assim, 100 vagas. Sabe-se que esse número de vagas oferecidas não irá corresponder à demanda da sociedade, assim, há de se definir a forma de ingresso dos alunos, e é sob essa justificativa que os Coordenadores sustentam a utilização do processo seletivo.

O Coordenador A afirma que, *a priori*, o processo seletivo é necessário por não apresentar vagas suficientes que irão suprir a demanda. Embora, a escola tenha por objetivo a maior democratização de acesso, na busca por uma escola efetivamente pública. Sabe-se que o processo de seleção de alunos é através do mérito individual, da própria excelência, que se permite dizer que enquanto instituição de ensino público se tem a ciência que este processo é excludente. Ao modo que nem todos têm a mesma oportunidade de adentrar na escola. No entanto a escola procura se tornar mais pública possível, ampliando o acesso e as discussões acerca do assunto, na medida do possível. De certa forma, a escola compreende o processo seletivo como forma de elitização do ensino.

O processo seletivo da mesma é organizado pela Comissão do Processo Seletivo, que incorpora as diferentes instâncias que deliberaram sobre este processo e, posteriormente poderão estar em contato com os alunos. A comissão é composta pela representação das Habilitações, da Iniciação a Educação Politécnica (IEP), da Formação Geral, Secretaria Escolar, Administração e Estatística. A organização do processo perpassa pelas reuniões para revisão do edital, documento que representará a lisura do processo seletivo divulgado publicamente, pela reserva do local da prova, pelo número de fiscais necessários até a estruturação da prova em si, que é realizada pela própria escola. De tal modo o processo seletivo, foi desenvolvido pela mesma, sem a interferência de empresas terceirizadas. Ou seja, todo o desenvolvimento do processo foi realizado pela instituição com a ressalva da gráfica que realizou a impressão das provas.

De acordo com o Coordenador A, desde 2007, a escola começou a trabalhar com a política de cotas por escolaridade que se define pela destinação de 50% das vagas, por habilitação, reservadas para alunos que cursaram integralmente o segundo segmento do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, em escolas públicas municipais e/ou estadual. No entanto, quando esta política foi implantada, as reservas destas vagas se destinavam além de alunos advindos das escolas municipais e estaduais, mas também aos de escolas federais, como o Cap. UFRJ e Colégio Pedro II. Após uma reavaliação da Comissão, em 2009, os alunos de escolas federais passaram a concorrer junto com os de escolas particulares, tendo em vista a maior vantagem, facilidade, desses alunos perante os demais da rede municipal e estadual, além de os mesmos já estarem estudando em escolas públicas, reconhecidamente pela instituição, de qualidade. Entre os concorrentes não-cotistas, se compreendem alunos da rede particular e federal de ensino.

Ao se inscreverem no processo, por meio eletrônico, o Coordenador B aponta que os concorrentes escolhem o curso para o qual deseja concorrer e assinala se é cotista ou não. Respondem, também, um questionário obrigatório sócio-econômico, que permite a definição dos perfis dos alunos ingressantes, assim como os fatores determinantes para o bom desempenho do mesmo no processo de seleção. De acordo com o mesmo, esses dados são utilizados para discussões internas.

O processo seletivo no ano de 2010 para o ingresso em 2011 consistiu de uma prova objetiva e de uma redação, sem distinção de concorrentes cotistas e não-cotistas. A prova compreendeu 50 questões de múltipla escolha, totalizando 100 pontos nas seguintes áreas: Língua Portuguesa, Ciências da Natureza, Geografia, História e Matemática. Cada área de conhecimento possuía 10 questões e somava 20 pontos. A redação, realizada no mesmo dia da prova objetiva totalizava 100 pontos. Com duração de no máximo 4 horas de prova. A escola não compreende políticas de inclusão e permanência de alunos com necessidades especiais. Todavia, o acesso ao processo seletivo destes alunos é garantido desde que solicitado.

Dados relativos a este processo seletivo demonstram que 69% dos inscritos eram não-cotistas, estudantes da rede particular e federal de ensino. E 31% eram cotistas, estudantes da rede municipal e estadual de ensino, de um total de 2858 inscritos (CANDEIAS, 2011). Entretanto, por conta do sistema de cotas, o percentual de matriculados de cotistas e não-cotistas foi de 50% para cada.

Conforme os Coordenadores A e B são por refletir e caminhar para a formação de uma nova sociedade, de acordo com seu Projeto Político Pedagógico, que foi aprovada pela escola a reestruturação do processo de seleção, se efetivando no ano de 2011 para o ano letivo de 2012 de forma a consistir em duas fases: prova objetiva e sorteio público. Sendo assim, a prova passou de 50 questões para 28 questões de múltipla escolha divididas em duas áreas de conhecimento geral: Língua Portuguesa e Matemática. A prova considerará os candidatos aptos, aqueles que atingirem no mínimo 50% de acerto na prova em cada uma das áreas de conhecimento, para participarem do sorteio público, sem classificações, sem notas.

Na conjuntura da reestruturação do processo de seleção, foi confirmado também o projeto quarto ano, o qual tem por objetivo, a diluição do conteúdo dado nos três anos de ensino regular em quatro anos, na perspectiva “de desenvolver estratégias e propostas pedagógicas que fortaleçam a permanência dos alunos na escola, bem como a reorganização do currículo escolar” (Coordenador A). Percebe-se a tentativa de abertura da escola, de redução da elitização de ensino, na busca pela maior democratização do acesso ao ensino público profissionalizante.

3. O ACESSO AOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

Sobre a concepção de educação tecnológica pode-se inferir vários autores que conceberão diversas visões e desconstruções ao longo da história. Uma delas é a noção de educação tecnológica como sinônimo de educação politécnica em Marx. Entretanto, a pesquisa não possuiu tempo hábil para desenvolver uma reflexão acerca da temática. Exponho, sobretudo, que assim como a educação profissional, a partir da Revolução Industrial que correspondeu ao ingresso da ciência como conhecimento sistematizado no processo produtivo, tornou-se necessário à introdução da tecnologia como elemento material e intelectual para o desenvolvimento do modo de produção.

É sob a perspectiva da divisão social do trabalho, gerada pela dicotomia entre ciência e processo produtivo que a educação tecnológica surgiu como ensino do domínio da técnica no processo de produção. O desenvolvimento da ciência do trabalho produtivo é o desenvolvimento tecnológico e científico. A tecnologia e a ciência são construções sociais, intelectuais, materiais permanentes e objetivadas, em constantes (trans) formações, do processo de (re) produção social (LIMA; CAMPELLO, 2009).

No Brasil, país marcado pelo legado escravocrata, a educação para os trabalhadores se destina aos ‘deserdados da fortuna’ como princípio ao ensino do conhecimento prático que paralelo às ações sociais funcionava como uma correção destes ‘ao crime e ao vício’, conforme o Decreto de 1909 que criou as escolas de aprendizes artífices, que se denominou em seguida ensino profissionalizante, técnico ou industrial. (LIMA; CAMPELLO, 2009)

A educação para os trabalhadores assim como as instituições que as ofertavam foram criadas e marcadas por um contexto histórico de segregação e exclusão educacional e social, que caracteriza o sistema dual educacional, desenvolvendo em outro campo a educação escolar regular, formadora das ‘elites condutoras’ da sociedade. A educação brasileira marcada por reivindicações por uma educação mais democrática, durante o século XX, conquistou a equivalência da educação profissional a educação regular instituída pela LDB em 1961.

A criação dos centros federais de educação tecnológica marca indícios da apropriação do termo nas políticas educacionais brasileiras. De acordo com o Ministério da Educação:

a educação tecnológica guarda compromisso prioritário com o futuro, no qual o conhecimento vem se transformando no principal recurso gerador de riquezas, seu verdadeiro capital e exigindo, por sua vez, uma renovação da escola, para que se assuma seu papel de transformadora da realidade econômica e social do país. (Brasil, 1991 apud LIMA; CAMPELLO, 2009, p. 195)

A concepção apresentada pelo Ministério da Educação evidencia uma estratégia econômica, a favor da modernização, na qual se vincula um valor econômico à educação, e não mais vinculada a uma proposta pedagógica em si. Assim, no âmbito das políticas educacionais, as instituições de ensino técnico passaram a se aproximar da lógica mercantil, principalmente pela recomendação de adoção do modelo de gestão privada, sendo flexível e operacional (LIMA; CAMPELLO, 2009).

É sob esta perspectiva teórica contida no Capítulo III (artigos 39 a42) da LDB (Lei nº 9.394/96) que se norteia a formulação da educação profissional definidas em três níveis pelo Decreto nº 2.208/97: o básico, o técnico e o tecnológico. Em seguida, o Decreto nº 5.154/04 definiu a educação profissional tecnológica como “correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica”, porém mantendo os níveis delineados pelo Decreto anterior. Sendo destinados a determinadas parcelas da população, ratificando a continuidade histórica da política dual do sistema educacional (LIMA; CAMPELLO, 2009).

Não obstante, ressalvo que existem várias noções acerca da concepção de educação tecnológica no decorrer da história da educação brasileira, uma vez que uma concepção está em constante modificação.

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca teve sua origem na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás, criada em 1917. Com a reformulação do Ministério da Educação, no final da década de 1930, se transformou em Liceu, que em seguida passou a ser denominado Escola Técnica Nacional estabelecida pelo Decreto de 1942 que organizou instituições de ensino industrial na rede federal. Em 1978 por intermédio da Lei nº 6.545 transformara a então Escola Técnica Nacional, que recebera o nome de Celso Suckow da Fonseca em homenagem ao seu primeiro Diretor, por conter cursos de nível superior de curta duração objetivando a formação de trabalhadores industriais, em Centro de

Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. “Hoje, essa Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) constitui-se numa autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, abrangendo a formação de níveis médio e superior, até a pós-graduação” (PPI, p. 13)

Deste modo, a missão desta instituição de ensino é “promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, na interação com a sociedade, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico dessa mesma sociedade” (CEFET/RJ, 2010, p.13). Na perspectiva da realidade atual o CEFET/RJ possibilita destacar-se como instituição de educação de excelência tecnológica formadora de profissionais qualificados e comprometidos com o desenvolvimento econômico e social do país. Sendo assim, alguns de seus principais objetivos (CEFET/RJ, 2010, p. 15):

- 1) Ministrando educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio (nas modalidades integrada, concomitante e subsequente), destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;
- 2) Ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- 3) Realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade;
- 4) Promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;
- 5) Estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

O CEFET/RJ oferece a formação técnica de forma concomitante² com o ensino básico, subsequente e PROEJA, a formação de nível superior em tecnologia, bacharelados e licenciaturas, além de programas de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*. A instituição atende a um público diversificado quanto à faixa etária e também ao objetivo e formação o que permite o desenvolvimento de suas atividades de acordo com as suas peculiaridades. São

² Entende-se como concomitância interna a efetivação do ensino médio e do ensino técnico na mesma Instituição de ensino. Já a concomitância externa é entendida de forma a se efetivar o ensino técnico na Instituição e o ensino médio em outra diferente.

oferecidos também vagas para cursos técnicos sob convênios intermediados pela secretaria de educação ou diretamente com as escolas.

Embora tenha sua Unidade sede ao Campus do Maracanã, o centro possui outras unidades descentralizadas. Entretanto, esclareço que em decorrência do tempo disposto para a pesquisa os dados citados e trabalhados pertencem a Unidade Principal da instituição, bem como trabalharei com os cursos de nível médio oferecidos concomitantemente ao curso de formação básica.

3.1 O PROCESSO SELETIVO PARA O ANO LETIVO DE 2011 DO CEFET/RJ

A instituição, assim como a EPSJV, também realiza de forma principal o processo seletivo público para acesso ao ensino médio técnico. Este processo realizado para ingressantes no ano letivo de 2011 ofertou quatrocentas vagas na forma de concomitância interna, ou seja, o ingressante realizará o ensino médio e o ensino profissionalizante no Centro de Educação. Vale ressaltar que quatrocentas e dez vagas foram oferecidas sob concomitância externa, apenas o ensino técnico realizado na instituição.

Neste sentido, apresento as perspectivas da instituição acerca do processo seletivo apresentado por intermédio das entrevistas realizadas com os Coordenadores C e D. Pois, sob a mesma perspectiva, não há documento disponível para analisar as posições da escola acerca da seletividade de alunos. O que busco com a utilização destas entrevistas. Sendo assim, o CEFET/RJ entende a política de seleção como uma solução em meio ao quantitativo de vagas oferecidas em relação ao quantitativo de estudantes que desejam estudar no mesmo. O critério de seleção estaria associado ao conhecimento individual de cada aluno. A instituição admite que deveria existir oferta de vagas suficientes para suprir a demanda, tanto em quantidade quanto em qualidade, de estudantes ingressantes no ensino médio, o que ao mesmo tempo justifica o processo seletivo o torna injusto e desigual. De acordo com o Coordenador C, dentro da rede de ensino há diferenças no que concerne à qualidade do ensino, principalmente levando em consideração a localidade da escola e do corpo discente.

Este problema é gerado por uma deficiência social reconhecida pelo Governo, que deveria criar projetos de melhoria na qualidade do ensino para que, futuramente, todos os estudantes possuíssem as mesmas oportunidades em um processo de seleção. O Centro de

Educação é contrário às políticas afirmativas não temporais, mas sim que incidissem paralelamente a um projeto que evidenciasse condições reais de equidade na qualidade da educação brasileira. A discussão se volta, portanto, a (re) estruturação do Governo no segmento de ensino que o compete de forma a produzir melhorias, ora na qualificação do professor ora na avaliação do ensino apresentado.

O processo de seleção para Educação Profissional de Nível Médio consistiu em duas fases, a primeira se concretizou em uma prova objetiva de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, somando 200 (duzentos) pontos no total, distribuídas em quatro áreas de conhecimento, sendo então 10 (dez) questões totalizando 50 (cinquenta) pontos por área: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências (Física, Química e Biologia) e Estudos Sociais (História e Geografia). Esta fase visa a pré-seleção de candidatos equivalentes ao dobro do número de vagas oferecidas por Unidade. Como a Unidade Maracanã ofereceu 810 (oitocentas e dez) vagas no total (concomitante interno e externo) foram habilitados a realizar a segunda fase 1.620 (mil seiscientos e vinte) candidatos.

A segunda fase deste processo consistiu de duas provas, uma prova discursiva de Matemática contendo dez questões, e uma prova de Língua Portuguesa em forma de redação. Cada uma das provas somava 100 (cem) pontos, totalizando a segunda fase em 200 (duzentos) pontos. O preenchimento das vagas de acordo com a classificação dos candidatos pelo número de pontos nas duas fases do processo de seleção foi dado pelos 810 (oitocentas e dez) primeiros colocados. As vagas de Ensino Médio foram preenchidas pelos 400 (quatrocentos) primeiros colocados que optara pela modalidade de concomitância interna, tendo sua matrícula efetuada nos dois cursos do Centro de Educação. Toda a organização do processo seletivo, inclusive suas respectivas provas é organizada pelo Conselho de Professores de acordo com calendários de reuniões em que é possível discutir o concurso, projetos, transformações e aprimoramento. A Coordenação do Concurso se posiciona como uma consultora, verificando a adequação e a exeqüibilidade da modalidade do concurso proposta pelo Conselho.

Conforme os Coordenadores C e D são observadas no decorrer do processo seletivo a diferença de estudantes ingressantes da rede de ensino pública em detrimento a rede particular de ensino, salvo o CAP UERJ, o CAP UFRJ e o Colégio Pedro II. Para acesso ao ano letivo de 2011, na unidade maracanã, doa estudantes inscritos, aproximadamente 63% eram

oriundos de escolas particulares, e 37% oriundos de escolas públicas, de um total de 12.497. Dos habilitados para efetuar a matrícula, aproximadamente 78% advindos de escolas particulares e 22% de escolas públicas, totalizando assim, 810 estudantes ingressos. Com esses dados é possível definir a diferença de acesso escolar definida pelo CEFET/RJ. Ambos os Coordenadores, acreditam que a democratização da educação é a possibilidade de igualdade no ensino, tendo em vista que o processo de seleção de alunos é um procedimento democrático em que os mais capacitados estarão aptos a frequentar a instituição de ensino. Vale salientar que a prova possui certo nível de dificuldade que excluirá por si só, aqueles que quase não tiveram oportunidades na qualidade no desenvolvimento de sua educação.

O processo de seleção é considerado pontual, pelo Coordenador C, em que as questões emocionais interferem diretamente no desenvolvimento do raciocínio analisado naquele dado momento em uma determinada prova. Uma das possibilidades estruturadas acerca deste processo é um acompanhamento individual ao longo da trajetória escolar, beneficiando o concorrente com diversas avaliações, sem depender exclusivamente de uma prova somente, além de indicar os fatores determinantes para o bom desempenho do aluno e fatores pendentes das instituições de ensino. A escola não possui nenhuma política de inclusão ou permanência de alunos na mesma.

A proposta do processo seleciona a elite cultural, os que detiveram de mais acesso a cultura, lazer, educação, e meios que subsidiem tais fatores. Conforme a instituição preconiza o processo de seleção caracteriza a elitização do ensino por não haver uma educação única para todos, no entanto, uma vez a educação sendo igual, o mérito individual deve sobressair, segregando os ditos mais capacitados dos ditos menos capacitados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero pertinente o prolongamento deste estudo para além destas instituições profissionalizantes a fim de traçar uma maior consistência da temática que possui grandes fragmentações em seu processo. O discurso que por um lado é garantido em direitos, por outro se efetiva, talvez, de forma não planejada, em que a destinação das políticas educacionais não é atingida.

A política da educação profissional além de demandada a uma parcela da população, que segrega o ensino à lógica mercantil, não atende a população destinada. Uma vez que estes cursos estão ratificando a elitização do ensino, excluindo do processo de seleção os então excluídos da sociedade. Gera-se uma dupla exclusão no âmbito da educação.

Diante do estudo bibliográfico e das análises das entrevistas realizadas, constatou-se que o acesso ao ensino médio profissional, antes destinado apenas aos ‘desvalidos da fortuna’ ampliou-se de modo a ser necessária a seletividade dos alunos. Sendo assim, as políticas ostentadas da reforma profissional como forma a superar a elitização do ensino, elitiza-o, atualmente através do processo de seleção. A oferta de ensino médio público e de qualidade em meio à precariedade da educação pública do país se sobressai ao ensino técnico profissional.

Não obstante, entende-se que o bom desempenho do aluno no processo seletivo está intimamente ligado às relações sociais estabelecidas além do mérito individual. A complexidade da temática nos remete ao questionamento dos princípios de igualdade de oportunidades fundadas nas recentes políticas educacionais. Ora, será possível igualarmos as oportunidades de acesso em um sistema educacional que historicamente diferencia o ensino propedêutico, do ensino voltado para o trabalho manual? Será que a flexibilidade e autonomia ministradas por essas escolas federais têm por obrigação o suporte suficiente para superarmos a dualidade educacional?

Por mais que o discurso seja a maior democratização do processo de seleção, a formação omnilateral do profissional, a dualidade estrutural se faz presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Editora Vozes, 1998. Terceira Edição.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CAMPELLO, Ana Margarida de Mello Barreto; LIMA Filho, Domingos Leite. **Educação Profissional**. In: PEREIRA, Isabel Brasil. **Dicionário da Educação Profissional em saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009. p. 175-181.

CAMPELLO, Ana Margarida de Mello Barreto. **Acesso de Alunos de Escola Pública aos cursos técnicos do CEFET/RJ**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2000

_____. **Dualidade Educacional**. In: PEREIRA, Isabel Brasil. **Dicionário da Educação Profissional em saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009. p. 136-141.

CANDEIAS, Márcio. **Estudo do Processo Seletivo 2010/2011 da EPSJV**. Não Publicado.

CEFET/RJ. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010/2014**. Rio de Janeiro: CEFET/RJ, 2010.

_____. **Projeto Pedagógico Institucional – PPI 2010**. Rio de Janeiro: CEFET/RJ, 2010.

EPSJV (org.). **Projeto Político Pedagógico**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

ESTEBAN, Maria Tereza. **Educação Popular: Desafio à Democratização da Escola Pública**. Rio de Janeiro, 2007

LIMA Filho, Domingos Leite; CAMPELLO, Ana Margarida de Mello Barreto. **Educação Tecnológica**. In: PEREIRA, Isabel Brasil. **Dicionário da Educação Profissional em saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009. pp. 190-197.

MANACORDA, Mario Aliguiero. **História da Educação – Da Antiguidade aos nossos dias**. São Paulo, Editora Cortez, 1997.

RODRIGUES, José. **Educação Politécnica**. In: PEREIRA, Isabel Brasil. **Dicionário da Educação Profissional em saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009. pp. 168-175.

_____. **Ainda a Educação Politécnica: O novo Decreto da Educação Profissional e a Permanência da Dualidade Estrutural**. In: Trabalho, Educação e Saúde, 2005 v. 3 n.2, p. 259-282.

SAVIANI, Dermeval. **O Choque Teórico da Politecnia**. In: Trabalho, Educação e Saúde, 2003, p. 131-152

SILVA, Jailson de Souza. **“Por Que Uns e Não Outros?” - Caminhada de Jovens Pobres Para a Universidade**. Rio de Janeiro, Editora 7 letras, 2003.

VALLE, Ione Ribeiro; RUSCHEL, Elizete. **A Meritocracia na Política Educacional Brasileira (1930-2000)**. Ver. Portuguesa de Educação. Universidade do Minho. Santa Catarina, 2009, p. 179-206

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

QUESTÃO 1. Por que esta escola tem como política de inserção o processo seletivo? Como se entende este processo de selecionar alunos?

QUESTÃO 2. Como é organizado o processo seletivo para acesso aos cursos técnicos concomitantes internos/ integrados desenvolvidos por essa escola?

QUESTÃO 3. Existe alguma diferença de acesso dos alunos oriundos das escolas públicas e particulares?

QUESTÃO 4. Como essa escola pensa acerca da maior democratização do processo seletivo?

QUESTÃO 5. Essa escola tem em seu projeto alguma política de inclusão educacional? Por quê?

QUESTÃO 6. O (a) senhor (a) considera que o processo seletivo caracteriza a elitização do ensino?

QUESTÃO 7. Quais fatores, para os (as) senhores (as), podem determinar um bom desempenho do estudante no decorrer do processo seletivo?

QUESTÃO 8. Existe algum controle estatístico na escola que possa ajudar nas discussões sobre os fatores determinantes sobre o bom desempenho no processo seletivo? Se existe como ele funciona? Como vocês o utilizam/utilizariam para possíveis revisões no processo seletivo?